

Raphael é contra estatizar saúde

O ministro da Previdência Social, Raphael de Almeida Magalhães, disse ontem que é contra a estatização do sistema de saúde, proposto na 8ª Conferência Nacional de Saúde, realizada em Brasília a semana passada. Segundo ele, a estatização é uma proposta "irrealista porque seria a mesma coisa que negar serviços médicos à população e uma questão ideológica que não atende a clientela da Previdência Social". Na sua opinião, a solução para melhorar o serviço de saúde no País é a universalização do atendimento que já está sendo feito através das Ações Integradas de Saúde, implantadas em 620 municípios.

Raphael Magalhães considerou "inviável" a proposta apresentada na Conferência Nacional de Saúde tendo em vista a rede de assistência médica no Brasil cuja maioria é privada e deu o exemplo de São Paulo onde 80% da rede de assistência médica pertence aos hospitais particulares. Por esta razão, o ministro da Previdência considera "irrealista" uma outra proposta apresentada na Conferência de cancelar o credenciamento com os hospitais privados que, segundo ele continuarão a ser feitos "na medida em que haja demanda de serviço médico".

O ministro da Previdência também se manifestou contrário à criação, a nível federal, de um sistema único de saúde, coordenado por um só Ministério. "Eu não acho que o problema deva ser de quem é o dever de administrar o sistema de saúde no País, a solução é melhorar a eficiência e a produtividade do sistema já que o número de leitos no Brasil é suficiente faltando apenas uma melhor gerência", disse o ministro acrescentando que a solução está na municipalização dos serviços de saúde.

Repasse

O presidente José Sarney determinou ao Conselho Nacional do Petróleo que continue repassando a cota sobre o lucro com a venda de combustíveis para a Previdência Social, segundo informou ontem o ministro Raphael de Almeida Magalhães. A cota fixada em até 6%, por decreto presidencial de dezembro de 1983, não vem sendo repassada desde o início do ano, o que poderá gerar um prejuízo aos cofres previdenciários na ordem de CZ\$ 6,8 bilhões, até o final de 1986.

O CNP suspendeu a cota de combustíveis nos últimos três meses alegando "que não houve reclamação" e também porque tinha problemas de caixa na Petrobrás. Preocupado com os prejuízos que a medida traria ao orçamento previdenciário, o ministro Raphael de Almeida Magalhães conversou com o presidente José Sarney sobre o assunto que determinou o cumprimento do decreto.

A cota sobre o lucro dos combustíveis que o CNP repassa a Previdência Social representa 56% do total das transferências de recursos da união, previsto em CZ\$ 11,8 bilhões para este ano, tornando-se imprescindível para o equilíbrio financeiro do Ministério. Até o ano passado, o CNP repassava 6% dos lucros com combustível para a Previdência que foram reduzidos para 3,3%. Como o decreto fixou esta taxa em até 6%, dependendo das necessidades financeiras da Previdência, o CNP está se recusando a transferir qualquer quantia ao Ministério.